

O ENSINO MÉDIO PÚBLICO E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Eliane Maria Vani Ortega

Professora da Faculdade de Ciências, Letras e Educação da
Universidade do Oeste Paulista/UNOESTE, Presidente Prudente, SP

Resumo

Este artigo parte de resultados da dissertação de mestrado intitulada "*A escola pública discrimina seus alunos quando não se volta para o acesso ao ensino superior?*". O objetivo é refletir sobre a discriminação que pode estar ocorrendo em relação aos alunos que cursam o ensino médio público quando se percebe que essas escolas não apresentam uma preocupação explícita em relação aos instrumentos de seleção para o ingresso no ensino superior, enquanto que a escola particular trabalha intencionalmente nesse sentido. Essa discriminação é analisada de forma relacionada ao momento que estamos vivenciando, em que a Educação recebe a influência direta dos pressupostos neoliberais e a revolução técnico-científica exige um novo perfil do trabalhador, dotado de uma boa formação geral, disposto à aprendizagem permanente.

Introdução¹

Historicamente, o Ensino Médio no Brasil tem sido marcado pela dualidade de sistemas, sempre oscilando entre profissionalizante e propedêutico. Contudo, para a elite dominante, nas diversas fases da educação brasileira, sabemos que o que predominou na prática foi a escola voltada para a preparação ao ingresso no Ensino Superior. Aos estudantes que pertenciam aos grupos pobres, quando tiveram acesso a esse nível de ensino, eram cursos profissionalizantes e, na maioria das vezes, de baixa qualidade.

Se observarmos hoje a realidade desse nível de ensino, podemos perceber que enquanto a escola particular da elite tenta preparar seu aluno para o ingresso numa boa universidade pública, a escola pública não apresenta nenhuma orientação específica neste sentido, colaborando, muito provavelmente sem saber, para que esses alunos não cheguem nem mesmo a tentar o ingresso no ensino superior. Consideramos que isto pode fazer com que os alunos da escola pública de ensino médio se sintam cada vez mais desmotivados, inseguros e despreparados para viver na sociedade contemporânea, que além de exigir um nível cada vez mais alto de escolaridade, apresenta um contexto preocupante, principalmente para quem não tem uma boa formação geral.

Consideramos que se a escola pública de ensino médio não se preocupar com o acesso ao ensino superior, diante de uma exigência cada vez maior do conhecimento para obter um emprego, poderá estar colaborando para que seus alunos sejam excluídos, e os que já se sentem à margem poderão ver o ensino médio como etapa final da escolaridade e sentir falta de perspectivas de trabalho, sentir a falta dos instrumentos necessários para o exercício da cidadania. Esses alunos da escola pública já conseguiram superar as dificuldades que suas condições sociais impõem, chegando a esse nível de ensino. Sendo assim, não podemos desanimá-los.

A função da escola é formar o cidadão atuante, crítico, através da transmissão/apropriação do conhecimento, numa relação dialética que envolva professor e aluno. Se a escola fizer isso com qualidade,

¹ Este artigo parte de resultados da dissertação de mestrado intitulada *A escola pública discrimina seus alunos quando não se volta para o acesso ao ensino superior?*, de autoria de Eliane Maria Vani Ortega, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Dagnoni Prado, apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação da FFC/UNESP, em 30 de março de 1998.

pode estar ajudando os jovens a ter um bom desempenho como cidadãos. Acreditamos que o direito e a chance de acesso ao Ensino Superior fazem parte dessa formação e, se há algum instrumento para selecionar, seja ele qual for, tem que ser levado em conta pela escola pública.

Não estamos querendo dizer que a escola deve se subordinar ao vestibular, ou qualquer outra forma de seleção para o ingresso no ensino superior, mas o resultado de uma boa formação pode possibilitar melhores chances de desempenho não apenas no vestibular, mas também para conseguir um emprego, já que para isto se exige um maior nível de escolaridade.

Estamos vivenciando uma fase que alguns educadores chamam de revolução técnico-científica, pois os avanços tecnológicos em áreas como a da informação, comunicação, biologia, estão provocando modificações rápidas e, até mesmo, assustadoras quando pensamos na substituição da mão-de-obra humana pela máquina.

A nova ordem mundial, que apresenta progressos importantíssimos no avanço tecnológico, a globalização da economia e a adoção de um programa neoliberal, não estão levando em conta os graves problemas sociais que os países de terceiro mundo, como o Brasil, apresentam. Há um aumento considerável do desemprego e o empobrecimento da classe média, principalmente quando pensamos no cidadão e não apenas no consumidor.

Diante desse contexto, a realidade a ser enfrentada pelos jovens que cursam o Ensino Médio é preocupante. Para enfrentar essa realidade esses alunos precisam ser bem formados, para não serem os excluídos, os desempregados da sociedade neoliberal. É claro que essa condição não é suficiente para evitar a exclusão, mas é necessária.

Consideramos que um ensino médio de qualidade pode dar condições aos alunos da escola pública para competir em melhores condições com os alunos da boa escola particular, já que essa é a realidade para quem quiser ou necessitar prosseguir seus estudos em nível superior.

...em certas áreas industriais brasileiras, vive-se uma fase em que tarefas antes feitas por braços humanos são executadas por robôs. Em muitas empresas, demitem-se operários antigos, treinados para tarefas repetitivas em máquinas rudimentares, e contrata-se gente com nível de escolaridade maior para operar equipamentos mais novos e complexos. Em 1989, 65% dos trabalhadores da Autolatina tinham instrução inferior ao 1º Grau completo. Alguns eram analfabetos. Hoje o total de empregados que não completaram o 1º Grau caiu para 45%,

e a maioria destes prossegue os estudos em cursos mantidos pela própria empresa. (Revista Veja, 1994, p. 88-9.)

De acordo com a reportagem citada, "sem o 1º Grau completo está difícil arrumar emprego até na construção civil. Para funções de comando, só se qualifica quem tem formação universitária" (Veja, 19/10/94, p. 91).

Se já está evidenciado o mercado que esses jovens estão enfrentando, imagine-se daqui a alguns anos como serão as exigências.

O objetivo, ao propor estes argumentos, é tentar mostrar que se a escola pública não levar em conta o vestibular ou qualquer outro processo seletivo que venha a ser utilizado para selecionar para o ingresso no ensino superior, estará discriminando a sua clientela, e isto, no atual contexto em que estamos vivendo, pode significar exclusão, mais candidatos a desempregados, que já são tantos.

Atualmente há a possibilidade de empregarem outras formas de acesso ao ensino superior, substituindo o vestibular. É preciso pensar em que ponto realmente as alternativas propostas diferem do vestibular e em que medida são mais democratizantes. Uma alternativa hoje sugerida pelo Ministério da Educação é que sejam aproveitados os resultados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Se constarmos que esse tipo de alternativa facilitará o acesso ao ensino superior, isso será muito positivo, mas será que resolveria o problema da democratização efetivamente? Digo isto porque ingressar na universidade não garante que o aluno terá todas as condições de manter-se nela. Muito provavelmente se destacará novamente aquele que teve um Ensino Médio de melhor qualidade. Precisamos nos preocupar, na realidade, que, ao aluno sejam dadas as condições para acompanhar um curso superior seja qual for o processo seletivo utilizado para o ingresso.

O vestibular tem sido utilizado há muito tempo como instrumento de seleção para o acesso ao Ensino Superior, já que não há vagas para todos, principalmente quando pensamos nas universidades públicas. Partimos da hipótese de que as escolas públicas de nível médio não tem mostrado, pelos menos intencionalmente, ao longo do tempo, preocupação com esse instrumento. Para confirmar isso, apresentamos alguns resultados de uma pesquisa realizada com professores de Matemática do ensino médio de cinco delegacias de ensino da região oeste de São Paulo: a região de Presidente Prudente. Dados dos questionários socio-econômicos da Vunesp e Fuvest de

1996 e 1997 também revelam uma falta de orientação dos alunos, de motivação, até mesmo para fazer a inscrição nos vestibulares.

Pressupostos teóricos

Quando se fala em Ensino Médio e acesso ao Ensino Superior é inevitável tentar responder qual seria o objetivo deste nível de ensino hoje. Muitos educadores afirmam que há uma certa indefinição quanto aos objetivos do Ensino Médio, já que o Ensino Fundamental é de formação básica e o Ensino Superior é, por natureza, profissionalizante. Fica então o nível médio entre duas etapas de escolarização aparentemente bem definidas.

De acordo com Saviani (1988, p. 81), a indefinição que este nível de ensino enfrenta decorre da insuficiente compreensão do modo como se articula o problema do ensino com a questão do trabalho. Propõe um caminho para caracterizarmos o significado do ensino médio, o qual seria "repensar o sistema de ensino em seu conjunto, a partir da noção de trabalho", já que

"Se considerarmos que os homens se caracterizam como tais na medida em que necessitam produzir sua própria existência, isto é, na medida em que necessitam continuamente estar transformando a natureza para ajustá-la às suas necessidades, nós veremos que esse ato de produção da existência, esse ajuste da natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que nós conhecemos pelo conceito de trabalho. Trabalhar é, pois, agir sobre a realidade transformando-a em função dos objetivos e necessidades dos homens. Ora, a sociedade se estrutura sobre a base do modo como se organiza o processo de produção da existência humana, portanto, do modo como se organiza o processo de trabalho. A partir daí, percebe-se que todo o Sistema Educacional se estrutura a partir da problemática do trabalho. Nesse sentido, o próprio Ensino de 1º Grau está fundado sobre a realidade do trabalho". (Saviani, 1988, p. 82.)

Para Saviani, o trabalho está implícito nos conteúdos do currículo do Ensino Fundamental, já que o trabalho é que coloca a necessidade de conhecer as ciências naturais (leis que regem a natureza) e as ciências sociais (História, Geografia), enquanto que o Ensino Superior já tem o caráter profissionalizante. Caberia então ao Ensino Médio explicitar a relação entre ensino e trabalho.

"O 2º Grau configura, pois, um tipo de ensino que deve trabalhar a relação entre conhecimento e atividade prática, de modo explícito.

Com efeito, implicitamente é impossível desvincular o conhecimento das condições objetivas concretas, portanto, do âmbito do trabalho social. No entanto, à medida em que o saber é sistematizado, ele ganha uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. É necessário, então, recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, de forma explícita, através do processo de ensino; e esse é papel fundamental do 2º Grau escolar". (Saviani, 1988, p. 86.)

Saviani vê essa concepção de Ensino Médio como um ponto de referência a longo prazo, pois é necessário avançar muito nesse tema, principalmente em direção às mudanças sociais. Isso implicaria, então, numa "generalização do Ensino de 2º Grau como forma necessária para todos, independente do tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade".

Kuenzer defende a concepção de uma escola básica unitária, como exigência da nova sociedade contemporânea. Seria necessário então um novo princípio educativo. Lembra ainda que, segundo Gramsci, esse princípio educativo são as formas específicas que cada sociedade, em cada época, dispõe para formar seus intelectuais, e a escola tem essa função. Assim, é fundamental que a escola defina seu princípio educativo, para atender às exigências da sociedade e às necessidades dos indivíduos.

A autora coloca que "a velha escola humanista tradicional correspondia à necessidade socialmente determinada de formar os grupos dirigentes, que não exerceriam funções instrumentais", logo era de se esperar que o princípio educativo estivesse fundamentado "no estudo das literaturas, histórias políticas, de modo a desenvolver nos futuros dirigentes uma cultura geral que lhes proporcionasse a necessária capacidade de pensar, de decidir"(Kuenzer, 1992, p. 116). Sendo assim, na escola baseada nesse princípio educativo, não cabia a formação técnico-profissional, que foi sendo criada conforme as necessidades do mercado.

Esse desdobramento em escolas propedêuticas e profissionais era bastante racional, seguindo a lógica da divisão social e técnica do trabalho: educação profissional para os trabalhadores, que vão desempenhar as funções instrumentais na hierarquia do trabalhador coletivo, e educação humanística para os dirigentes e intelectuais. (Kuenzer, 1992, p.116).

Essa diferenciação, segundo Kuenzer, é que "define o caráter antidemocrático da escola humanista tradicional". Ainda ressalta:

...ao fazer corresponder a cada classe social um tipo de escola, perpetua o privilégio do exercício das funções intelectuais e diretivas. Por isto mesmo, a expansão das escolas profissionais não representa avanço no desenvolvimento democrático, e sim perpetua as diferenças de classe. Por permitir uma relativa mobilidade social através da qualificação profissional, cria-se uma falsa impressão de democratização, uma vez que as dificuldades de acesso aos níveis mais altos do sistema de ensino, a par da origem de classe, delimita como alternativa máxima a formação em cursos profissionais voltados para a aquisição apenas de formas operacionais. (Kuenzer, 1992, p. 117.)

Com o desenvolvimento científico e tecnológico, quanto mais as atividades práticas no trabalho são simplificadas, mais complexas se tornam no gerenciamento e na manutenção, ou seja, "o trabalho se simplifica enquanto mais se complexifica a ciência". Simplificando as atividades feitas pelos trabalhadores, estes acabam não tendo o controle, não aprofundam o conhecimento das tarefas que realizam. Mas ao mesmo tempo, segundo Kuenzer, esse desenvolvimento científico e tecnológico, juntamente com as pressões pela democratização, propicia uma ampliação dos "espaços de participação do homem comum em todos os sentidos: em atividades culturais, associativas, sindicais, partidárias", criando assim uma situação onde o homem, para poder desfrutar dos benefícios desse desenvolvimento, precisa do conhecimento, condições para o pleno desenvolvimento da sua criatividade, raciocínio, compreensão, decisão e da cidadania. Torna-se necessário, então, um novo tipo de intelectual, um homem que seja "capaz de atuar praticamente, trabalhar tecnicamente e ao mesmo tempo trabalhar intelectualmente". Não basta mais ser apenas culto, político, é necessário um dirigente que possa representar "a síntese, entre o político e o especialista." (Kuenzer, 1992, p.117 - 8.).

*Este intelectual de novo tipo não se restringe aos que vão desempenhar as funções dirigentes na hierarquia do trabalhador coletivo, mas abrangem todos os trabalhadores, que irão desempenhar funções de todos os tipos. O trabalhador tradicional, que usava as mãos e a força para o trabalho, não serve mais, para desempenhar suas atividades como cidadão-homem da pólis, sujeito e objeto de direitos e como trabalhador, a exercer suas funções em um processo produtivo em constante transformação - ele precisará apropriar-se do conhecimento produzido e adquirir novas competências que lhe permitam agir **prática e intelectualmente**. (Kuenzer, 1992, p. 118, grifos da autora).*

Kuenzer ainda coloca que, diante dessa situação, a escola precisa se organizar a partir desse novo princípio educativo. É necessário que a escola seja capaz de relacionar cultura e produção. A escola, em seu nível médio, deve se preocupar com a formação de homens desenvolvidos multilateralmente.

Nesta perspectiva, como mostra Gramsci, não se há de fazer concessão à moda das escolas de produção nem às de trabalho artesanal, mas buscar-se-a a justa adequação entre a capacidade de trabalhar tecnicamente e de trabalhar intelectualmente, através de uma educação básica sólida sobre a qual construir-se-à uma formação profissional adequada, de modo a permitir ao homem, cidadão e trabalhador, participar ativamente do processo de construção social. (Kuenzer, 1992, p. 120.)

Para participar do processo de construção social e formar esse novo tipo de intelectual é necessário que sejam levados em conta as características do contexto social, político e econômico da sociedade contemporânea. Queremos destacar neste contexto dois fatores, a revolução-técnico-científica e a forte presença das idéias neoliberais na educação hoje.

A revolução-técnico-científica traz novas tecnologias e com isso novas relações de produções. As formas de utilização dessas tecnologias atreladas aos objetivos capitalistas estão agravando o problema do desemprego.

As idéias neoliberais pregam a presença mínima do Estado nas questões sociais, entre elas a Educação. O neoliberalismo tenta esmagar todos os movimentos organizados e o poder de luta por melhores condições de trabalho fica prejudicado. As indústrias conseguem aumento dos seus lucros com a diminuição de funcionários.

Podemos perceber que a forma como vem ocorrendo a revolução-técnico-científica e as conseqüências do programa identificado com o ideário neoliberal nos levam ao desemprego e à exclusão social. Dessa forma, precisamos de jovens com boa formação para perceber o que está acontecendo. Consideramos a Educação, agora mais do que nunca, fundamental para que os alunos sejam conscientizados da importância de reverter as estruturas política e social e para que eles tenham a capacidade de repensar as formas de adoção das novas tecnologias de modo que não haja tanto desemprego e exclusão.

Para mudar as estruturas precisam se instrumentalizar e o saber sistematizado é um instrumento fundamental neste processo. Quem tiver esse saber tem as chances de pelo menos ser ouvido. Daí a necessidade de um ensino de qualidade, uma boa formação.

Este ensino de qualidade é entendido como um ensino onde ocorre a transmissão/apropriação do conhecimento, que tenha a prática social como ponto de partida e de chegada da prática pedagógica, que leve à formação, transformação de conceitos, que possibilite a relação entre estes conceitos e a relevância social destes.

Vale (1994) coloca que quando o aluno consegue incorporar os instrumentos culturais, se torna capaz de transformar a realidade econômica, social, política e cultural. É desta formação que precisamos não só para preparar o cidadão para o atual contexto que estamos vivenciando como para conseguir continuar seus estudos também em nível superior.

O Ensino Médio Público e o acesso ao Ensino Superior

Quando o tema é acesso ao Ensino Superior Público, um dos discursos é que este deveria ser repensado, já que estaria supostamente atendendo a uma "elite" que cursa o Ensino Médio em escolas pagas². Consideramos necessário, em primeiro lugar, olhar com cuidado esse tipo de discurso, na medida em que, analisando os dados dessas universidades, percebemos que há muitos alunos que vieram de escolas públicas, e quando essa suposta elitização ocorre, é em alguns cursos específicos.

Quando dizem que o vestibular beneficia quem estudou em escola paga, entendemos que há um grande engano. O que beneficia esses alunos são, principalmente:

- já estarem decididos a fazer inscrição para tentar o ingresso na universidade;
- estarem informados sobre os vestibulares das diferentes universidades;

² Há pesquisas em andamento que questionam essa afirmação, levantando a hipótese de que no Brasil, quem realmente compõem a elite, estuda no exterior, ou nem precisa estudar. Por isso, é preciso tomar um certo cuidado com discursos que pregam o fim da universidade gratuita alegando que essa é elitizante.

- a estrutura educacional pública de Educação Básica, que não incentiva seus alunos a tentar o ingresso no ensino superior público;
- as próprias vantagens econômicas e sociais de que estes alunos dispõem, desde o nascimento, conseqüentes da desigualdade social.

O que nos leva a fazer essas afirmações são alguns dados dos questionários socioeconômicos dos vestibulares de universidades importantes do Estado de São Paulo: a Fuvest e a Vunesp. Claro que para garantirmos isso seria importante analisarmos os resultados de todas as universidades públicas do estado, mas esta análise inicial dessas duas universidades deve fazer com que esse assunto mereça a atenção dos educadores.

Se observarmos os relatórios onde constam as respostas dos questionários socioeconômicos da Fuvest e da Vunesp de 96 e de 97, podemos verificar que o total de candidatos inscritos nesses vestibulares que estudaram na escola pública é menor em relação aos que estudaram na escola particular. Isso pode ser analisado juntamente com o fato de que em 1996 os estados brasileiros se responsabilizaram por aproximadamente 80% do atendimento aos alunos do ensino médio (Manso, 1997). Isso significa que a maior parte dos alunos cursando esse nível de ensino se encontra na escola pública, mas a situação se inverte no momento da inscrição no vestibular.

Se analisarmos os questionários sócioeconômicos dos vestibulares da Fuvest e da Vunesp de 1996 e 1997 em relação à porcentagem de inscritos e matriculados que cursaram o ensino médio na escola pública ou particular, podemos perceber que não há muita diferença nos números.

Observando dados da Vunesp/96 (Tabela 1), podemos notar que dos 27514 candidatos inscritos que estudaram todo o ensino médio na escola pública, 7,4% foram matriculados e dos 31659 candidatos inscritos que fizeram todo o ensino médio na escola particular, 5,2% foram matriculados. É claro que na porcentagem de matriculados não estão aqueles que apesar de terem sido aprovados neste vestibular não efetuaram matrícula. Sabemos que há casos de alunos que prestam o exame também em outras universidades e pode ter um maior interesse, caso seja aprovado nas duas, de optar por outra.

Tabela 1
Dados da VUNESP - 1996

ONDE FEZ SEU CURSO DE 2º GRAU?	TOTAL DE INSCRITOS		TOTAL DE MATRICULADOS	
	N	%	N	%
(1) Todo em escola pública	27514	40	2032	47
(2) Todo em escola particular	31659	46	1659	39
(3) Maior parte em escola pública	4690	7	291	7
(4) Maior parte em escola particular	4339	6	255	6
(5) Supletivo ou madureza	387	1	29	1
(6) Não respondida	603	1	25	1

Fonte: Dados do questionário socio-econômico da VUNESP/1996

Dos 4690 candidatos inscritos que cursaram a maior parte do ensino médio na escola pública, 6,2%, foram matriculados, enquanto que dos 4339 da escola particular, 5,9% foram matriculados.

Considerando ainda a Vunesp, em 1997 (Tabela 2), dos 23245 candidatos inscritos que cursaram o ensino médio na escola pública, 8% foram matriculados, enquanto que dos 31752 que cursaram na escola particular, 6,2% foram matriculados.

Tabela 2
Dados da VUNESP - 1997

ONDE FEZ SEU CURSO DE 2º GRAU?	TOTAL DE INSCRITOS		TOTAL DE MATRICULADOS	
	N	%	N	%
(1) Todo em escola pública	23245	37	1859	42
(2) Todo em escola particular	31752	50	1966	44
(3) Maior parte em escola pública	3652	6	284	6
(4) Maior parte em escola particular	3915	6	260	6
(5) Não respondida	621	1	51	1

Fonte: Dados do questionário socio-econômico da VUNESP/1997

Ainda, dos 3652 candidatos inscritos que cursaram a maior parte do ensino médio na escola pública, 7,8% foram matriculados enquanto que dos 3915 que fizeram a maior parte na escola particular, 6,6% foram matriculados.

Observando estes resultados, podemos notar que a porcentagem de inscritos que são matriculados, tanto em 1996 como em 1997, é

maior dos alunos que cursaram o ensino médio todo em escola pública ou fizeram a maior parte desse ensino nessa escola.

A idéia de que ingressa na universidade pública apenas jovens da classe média alta ou da elite, aqui pode ser combatida. Se não há mais alunos na universidade pública vindos da escola pública de ensino médio, com exceção dos alunos que vêm das escolas técnicas federais, é porque muitos não chegam a fazer inscrição.

Quanto a Fuvest (Tabela 3), há um destaque das escolas federais. Dos 1186 inscritos, 17,9% foram matriculados. Este resultado é maior que a porcentagem dos alunos vindos da escola particular (dos 36552 inscritos que fizeram o ensino médio todo na escola particular, 10% foram matriculados). Isso vem confirmar a especificidade das escolas públicas federais que, chegam a conseguir maior aprovação do que as particulares, que explicitamente têm como objetivo principal preparar seus alunos para o vestibular.

Tabela 3
Dados da FUVEST - 1996

ONDE FEZ SEU CURSO DE 2º GRAU?	TOTAL DE INSCRITOS		TOTAL DE MATRICULADOS	
	N	%	N	%
Só em escola estadual	24196	33,2	1337	22,8
Só em escola municipal	1220	1,7	49	0,8
Só em escola federal	1186	1,6	212	3,6
Só em escola particular	36552	50,1	3628	61,8
Maior parte em escola pública	3377	4,6	228	3,9
Maior parte em escola particular	3749	5,1	260	4,4
Metade em cada tipo de escola	819	1,1	33	0,6
Supletivo	648	0,9	32	0,5

Fonte: Dados do questionário socio-econômico da FUVEST/1996

Se juntarmos as escolas estaduais, municipais e federais, todas como escolas públicas, temos 26602 inscritos que cursaram escola pública de nível médio. Desse total, 6% foram matriculados.

Quando procedemos à análise de 1997 da Fuvest, e calculamos a porcentagem dos alunos inscritos que estudaram na escola pública (estaduais ou municipais), (Tabela 4), teremos que, dos 36494 inscritos, 4,5% foram matriculados.

Tabela 4
Dados da FUVEST - 1997

ONDE FEZ SEU CURSO DE 2º GRAU?	TOTAL DE INSCRITOS		TOTAL DE MATRICULADOS	
	N	%	N	%
Só em escola pública (estadual ou municipal)	36494	33,3	1649	20,4
Só em escola pública federal	1971	1,8	334	4,1
Só em escola particular	58177	53,1	5298	65,6
Maior parte em escola pública	4129	3,8	254	3,1
Maior parte em escola particular	5039	4,6	335	4,2
Metade em escola pública, metade em escola particular	1540	1,4	68	0,8
Supletivo ou madureza	1276	1,2	44	0,5
No exterior (qualquer tipo de escola)	241	0,2	35	0,4

Fonte: Dados do questionário socio-econômico da FUVEST/1997

Dos 1971 inscritos que cursaram as públicas federais, 16,9% foram matriculados. Novamente este índice é maior que a porcentagem de inscritos matriculados que vieram da escola particular (dos 58177 candidatos que cursaram a escola particular, 9,1% foram matriculados).

Quando analisamos os resultados comparando escolas particulares versus escolas públicas, temos 5,1% dos inscritos matriculados que vieram das escolas públicas e 9,1% das escolas particulares.

Podemos notar que, na Fuvest, há uma certa vantagem de quem vem da escola particular, mas não é tão grande como poderíamos imaginar. A vantagem maior aparece, como já dissemos, no momento da inscrição, onde o número de inscritos dos alunos provenientes da escola particular é muito maior em relação aos alunos vindos das escolas públicas.

De qualquer forma, após uma rápida análise, podemos dizer que a escola particular não apresenta um índice muito superior de matriculados nas universidades analisadas e, no caso da Unesp, esse índice muitas vezes chega a ser inferior, mesmo se observarmos os resultados por área. Na área de Ciências Biológicas (onde estão os cursos de Medicina e Odontologia), dos 11240 inscritos em todos os cursos dessa área no vestibular da Unesp de 1996 que fizeram todo o ensino médio na escola pública, 3,3% foram matriculados e dos 19676 inscritos que vieram da escola particular, 3,6% foram matriculados.

Em 1997, também na Vunesp, tivemos matriculados 3,2% dos inscritos que cursaram o ensino médio na escola pública na área de biológicas e 4,2% dos inscritos da escola particular foram matriculados.

Procuramos mostrar que, sem uma análise minuciosa dos questionários sócioeconômicos dos vestibulares das universidades públicas, não se pode afirmar que o vestibular beneficia os alunos da elite, já que nesta breve exposição de alguns resultados percebemos que os alunos que se inscreveram e que estudaram na escola pública obtiveram índices maiores no número de matriculados ou, quando menores, não muito distantes dos alunos que estudaram na escola particular. Daí o cuidado que se deveria tomar ao concluir que o vestibular das universidades públicas beneficia os jovens da elite.

A seletividade não depende unicamente do instrumento que se utiliza para o ingresso no Ensino Superior. A discriminação aos jovens da escola pública se dá antes mesmo do vestibular, já que estes, na maioria das vezes, nem chegam a passar por este instrumento de seleção. Quando se ataca exclusivamente o vestibular, não se ocultam outros problemas mais sérios? O discurso de que o vestibular beneficia alunos vindos de escolas pagas não estaria beneficiando essas escolas e seus alunos, pois os alunos que estudam em escolas públicas nem "ousam" a competir com esses alunos?

Destacando alguns resultados...

Em pesquisa realizada com 100 professores de Matemática de 36 escolas públicas de Ensino Médio entre novembro de 1996 e maio de 1997, na região oeste do Estado de São Paulo, a região de Presidente Prudente, pudemos perceber como essas escolas públicas não têm demonstrado preocupação com a questão do acesso ao Ensino Superior.

O fato de escolhermos uma disciplina específica, no caso, a Matemática, resulta não apenas da dificuldade de se analisar pontos de vistas de profissionais de áreas diferentes, mas também pela formação da pesquisadora e, principalmente, por ser a Matemática uma disciplina na qual os alunos geralmente encontram dificuldades. Essas dificuldades ocorrem tanto pela natureza do conhecimento matemático como pela forma que muitos professores ensinam essa disciplina.

O diretor de programa da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) Luiz Loureiro, segundo

Segatto (1997), afirma que as áreas de Matemática e Ciências são as que os alunos mostram mais deficiências nos vestibulares.

Consideramos que alguns³ resultados encontrados nessa pesquisa merecem ser analisados nesse artigo:

Preocupação da escola pública que o professor trabalha, com o vestibular

Dos 100 professores, 43% afirmam que a escola pública na qual eles têm trabalhado apresenta uma razoável preocupação com o vestibular, e 32% que a escola tem apresentado pouca preocupação com o vestibular (Tabela 5).

Tabela 5
Preocupação da escola pública que o professor trabalha, com o vestibular

PREOCUPAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA, NA QUAL O PROFESSOR TRABALHA, COM O VESTIBULAR	TOTAL DE RESPOSTAS	
	N	%
Total preocupação	01	1
Muita preocupação	16	16
Razoável preocupação	43	43
Pouca preocupação	32	32
Nenhuma preocupação	08	8
Total	100	100

Fonte: Distribuição percentual sobre a preocupação que a escola pública tem mostrado em relação ao vestibular, de acordo com seus professores

Acreditamos que fica claro que na prática não há um trabalho direcionado para o preparo para o vestibular. Todas essas escolas não oferecem um curso de profissionalização, exceto duas escolas que têm o magistério (curso que forma professores de 1ª a 4ª séries). Se não são escolas que oferecem uma habilitação específica e também não chegam a se preocupar com o vestibular, que tipo de formação está se fazendo nessas escolas? Um ensino médio que dê uma formação geral de qualidade não estaria conseqüentemente possibilitando um preparo para o vestibular?

³ O resultado completo da pesquisa, assim como o questionário utilizado como roteiro para o levantamento dos dados junto aos professores pode ser encontrado em Ortega, E. M. V. "A escola pública discrimina seus alunos quando não se volta para o acesso ao ensino superior?" Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Marília, SP, 1998.

Apenas 16% dos professores afirmam que sua escola tem muita preocupação com o vestibular.

Se somarmos as respostas "pouca preocupação" com "nenhuma", teremos 40% dos professores mostrando que realmente o vestibular não chega a preocupar a escola pública de nível médio.

Com as alterações realizadas ao longo do tempo, os concursos vestibulares de algumas universidades hoje, já cobram as características indispensáveis ao exercício da cidadania na sociedade contemporânea, como criatividade, ousadia, capacidade de resolver problemas aplicando teorias aprendidas. Vestibulares de grandes universidades utilizam questões bem elaboradas envolvendo conceitos e não mecanização de procedimentos. Essas mudanças, que tendem a se tornar uma constante nas diferentes universidades do país, para acompanharem as mudanças no sistema de ensino fundamental e médio, podem servir de elemento motivador para que as escolas públicas não ignorem os instrumentos de seleção para o ingresso no ensino superior, já que estão coerentes com a concepção de aprendizagem difundida nas escolas hoje.

Não estamos dizendo aqui que a escola deve se moldar às características das provas do vestibular ou qualquer outro processo seletivo. Mas sim que, se a escola estiver trabalhando com qualidade na formação de um cidadão que disponha do instrumental necessário para participar da sociedade contemporânea, que consiga formar os conceitos e não apenas decorar mecanismos, isso já representa um avanço no ensino médio.

No caso da Matemática, por exemplo, é fundamental que os alunos sejam levados a entender as idéias, que sejam incentivados a pensar, a criar alternativas para a resolução de um problema.

Durante o trabalho na escola pública, teve algum momento específico em que recebeu orientação para o vestibular?

A maioria dos professores (Tabela 6) revela que não recebeu orientação para preparar o aluno para conseguir um bom desempenho no vestibular, que é o instrumento que garante (pelo menos quando foram respondidas essas questões, esse era o instrumento necessário para quem quisesse ingressar no Ensino Superior) o prosseguimento dos estudos em nível superior.

Tabela 6
Orientação recebida para preparar o aluno para o vestibular

TEVE ALGUM MOMENTO ESPECÍFICO EM QUE O PROFESSOR RECEBEU ORIENTAÇÃO PARA PREPARAR O ALUNO PARA UM BOM DESEMPENHO NO VESTIBULAR?	TOTAL DE RESPOSTAS	
	N	%
Não	75	75
Sim	24	24
Não respondeu		
Total	100	100

Fonte: Distribuição percentual sobre a orientação recebida pelo professor, em algum momento específico, para preparar o aluno para um bom desempenho no vestibular

Esse resultado comprova que realmente a escola pública não vem dando atenção ao vestibular. Hoje, com a abertura para outros processos seletivos, garantida pela nova LDB, acreditamos que os alunos continuarão a fazer provas escritas, seja durante o Ensino Médio, ou depois, mas de qualquer forma algum processo de seleção existirá. Será que a escola pública vai continuar ignorando esses processos? Isso não acentua ainda mais a desigualdade social?

O que temos são casos isolados de escolas que orientam para a preparação para o vestibular. Seriam estas as escolas onde estão os alunos de classe média que não podem pagar uma escola particular, mas consideram que têm chances de continuar a estudar e os pais cobram dessas escolas que elas preparem os seus filhos para o prosseguimento dos estudos?

Recebe orientação da direção da escola para manter os alunos informados sobre o vestibular?

O que pretendíamos aqui era não apenas verificar se há contradições nas respostas anteriores mas, principalmente, investigar se a escola pública pelo menos estaria informando os seus alunos sobre o vestibular, como, por exemplo, cursos que existem na região, as possibilidades de trabalho que cada profissão pode proporcionar, as datas de inscrições, mostrar os manuais de informações dos anos anteriores.

Alunos informados sobre o vestibular seria o mínimo que a escola deveria fazer. É espantoso que mais da metade dos professores

(53%) afirmam que não recebem orientação da direção da escola para esclarecer os alunos sobre o vestibular. (Tabela 7).

Tabela 7
Orientação da direção para manter os alunos informados sobre o vestibular

O PROFESSOR RECEBE ORIENTAÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA PARA MANTER OS ALUNOS INFORMADOS SOBRE O VESTIBULAR?	TOTAL DE RESPOSTAS	
	N	%
Não	53	53
Sim	41	41
Não respondeu	06	6
Total	100	100

Fonte: Distribuição percentual sobre a orientação da direção da escola para manter os alunos informados sobre o vestibular

Com esse resultado fica mais fácil entender porque os jovens que cursam o Ensino Médio nas escolas públicas muitas vezes nem chegam a se inscrever nos vestibulares. Não recebem nem as informações mínimas, práticas.

De acordo com Piratelli (1996), através da realização de uma pesquisa realizada numa determinada região do Estado de São Paulo, a região de Araçatuba, conclui-se que também nessa região não há interferência do vestibular no ensino médio. Nessa pesquisa foram entrevistados 102 professores de todas as disciplinas exigidas nos vestibulares.

Piratelli(1996) coloca que, segundo o universo pesquisado, os alunos não demonstram interesse em prestar vestibular e pouco solicitam aos professores sobre o assunto em questão. Esses professores também mostram que não se informam de maneira efetiva sobre as características das provas dos vestibulares.

...a pesquisa sobre a influência do vestibular na região em estudo constatou que os alunos pouco exigem dos professores e manifestam pouco interesse com relação ao vestibular. Os professores se disseram razoavelmente informados sobre o vestibular, disseram também que não utilizam material específico em suas aulas, que não trocam informações e também reconhecem que a Direção/ Coordenação de suas escolas não orientam sobre vestibular. Ao contrário do que se poderia pensar, portanto, o vestibular não tem poder de atuação, ao ponto de se constituir paradigma do ensino para o universo pesquisado (Piratelli, 1996, p. 143.)

Acreditamos que esse aparente desinteresse é devido, principalmente, à falta de crédito desses alunos na escola pública. Ao que parece, eles acreditam que sua escola não apresenta condições para prepará-los para um bom desempenho no vestibular e, por falta de condições de cursar uma escola particular que faça isso, acabam ficando na escola pública.

De acordo com Fantin & Strehl (1994), em uma pesquisa realizada com alunos de escolas técnicas de nível médio de Porto Alegre, RS, temos resultados que mostram que mesmo cursando uma escola técnica, que teoricamente estaria formando técnicos, esses alunos desejam fazer curso superior. Cerca de 86% dos entrevistados afirmam que pretendem fazer curso superior. Os alunos pedem que o ensino seja "mais exigente", "mais forte" e que a escola pública tenha a mesma qualidade que a particular. Há também quem diga "não esperar nada do segundo grau de escolas estaduais" (Fantin & Strehl, p. 93).

Ainda de acordo com os resultados dessa pesquisa, aproximadamente 75% dos alunos esperam que o ensino médio tenha como função tanto a habilitação para uma profissão como a preparação para o vestibular.

Como essa resposta provém de alunos de habilitações plenas, fica evidenciado que o aluno de ensino técnico deseja para si, além da preparação específica para o trabalho, uma porta aberta para o ensino superior, a fim de que não se sinta marginalizado ou "condenado" a permanecer para sempre nas ocupações de nível médio no mercado de trabalho. (Fantin & Strehl, 1994, p. 88, grifo dos autores.)

Essas aspirações dos alunos, ao que parece, não são levadas em consideração pelo Ministério da Educação, que tem planos para acabar com o ensino médio acadêmico nas escolas técnicas federais. Segundo Rossetti (1997, p. 3-2), "a rede de 99 escolas técnicas do governo do Estado de São Paulo deverá passar a oferecer apenas cursos profissionalizantes, no lugar do curso de 2º grau com conteúdos técnicos, existente desde a década de 70." Conforme o autor, seriam fechadas 15 mil vagas para a 1ª série do ensino médio em 1998, que seriam desviadas para cursos de qualificação profissional.

Kuenzer(1997), em relação às propostas do ensino profissional hoje, coloca:

...a atual proposta de ensino profissional é tão anacrônica e confusa, que não serve sequer ao capital, que tem mais clareza do que o próprio MEC sobre as demandas de formação de um trabalhador de novo

tipo, numa perspectiva menos retrógrada de superação do taylorismo. Então, qual a lógica escondida sob esta aparente incompetência? A da mera redução de custos por meio de uma pretendida aproximação do mercado que "demandaria" cursos curtos, do descompromisso crescente do Estado com o financiamento da educação pública para além do fundamental, da racionalização do uso dos recursos existentes nos CEFETs e ETFs, escolas muito caras para preparar para o ensino superior, do repasse de recursos públicos para as empresas privadas como estímulo para que assuma as funções do Estado relativas à educação dos trabalhadores inclusive a básica (o que certamente é mais barato), e do fomento à privatização propriamente dita. (p.91-2)

Para Kuenzer (1997, p. 92) esta proposta nada mais é do que consequência do "projeto neoliberal que vem sendo desenvolvida neste governo, para o Brasil, sob a 'iluminação' do Banco Mundial", que propõe políticas para os países pobres em troca de financiamentos, para que a pobreza destes países se mantenha nos limites desejáveis, a fim de que a integração ao movimento da globalização da economia ocorra *"sem perturbar a ordem, continuando a ser explorados sem causar transtorno!"*. (grifos da autora).

Considerações Finais

Enquanto se discute o que seria ideal para solucionar o problema da dualidade no Ensino Médio e os governantes deste país lançam propostas sobre os rumos que a Educação deve tomar - as quais, muitas vezes se diferenciam a cada quatro anos - os alunos concretos, reais, que estão nas salas de aula da escola pública de ensino médio não dispõem de tempo para esperar que se chegue a um consenso sobre o assunto. Sabemos que, na prática, a cada eleição, programas iniciados nas administrações anteriores, que às vezes até estão funcionando, podem, ao invés de serem aprimorados, serem interrompidos, apenas porque foram iniciados em outra gestão.

A escola pública, ao que parece, funciona como um laboratório de experiências que, antes mesmo de serem concluídas, analisadas, são substituídas por outras experiências; a escola pública muitas vezes se vê pressionada pela Secretaria da Educação, tanto por não questionar, como por não ter um projeto pedagógico próprio adequado à realidade de cada escola, ou ainda devido à falta de formação política/técnica dos diretores e professores.

Enquanto essa é a realidade das escolas públicas, as escolas particulares, nem sempre com a qualidade que anunciam, têm um objetivo bem definido, e identificado com o dos pais: preparar seus alunos para ingressar no ensino superior. A escola pública de ensino médio não apresenta esta preocupação, como foi constatado nos resultados apresentados. Como ficam então os alunos desta escola em relação aos alunos das escolas particulares, quando se pensa no acesso ao ensino superior?

Defendemos que os alunos da escola pública de ensino médio devem ser preparados e orientados para o vestibular ou devem receber uma formação adequada para conseguir êxito em qualquer outro processo seletivo que venha a ser aplicado para selecionar para o Ensino Superior. Caso contrário, estes alunos podem estar sendo muito mais discriminados, já que apresentam outras desvantagens em relação aos alunos que estudam nas escolas particulares, cujo poder aquisitivo é, em muitos casos, maior.

Um ensino de qualidade, entendido como aquele que considera a prática social como ponto de partida e de chegada, que faça com que os alunos consigam formar os conceitos, pode formar um cidadão que tenha menos chances de ser excluído do mercado de trabalho por falta de conhecimento, um cidadão que seja capaz de se organizar para lutar por empregos, por medidas que melhorem suas condições de trabalho. Se conseguirmos dar essa formação ao aluno, este terá chances de passar pelo vestibular ou ser aprovado em outro processo seletivo que venha a ser adotado, e ainda terá melhores condições para acompanhar um curso universitário.

Precisamos dar uma formação aos alunos que faça com que eles aprendam a se organizar, para reivindicar uma escola pública de qualidade, uma escola que dê instrumentos para participarmos do mundo moderno, tanto como trabalhadores respeitados com os conhecimentos exigidos nesse mundo moderno, como cidadãos que influem, têm poder efetivo de decisão.

Não podemos tirar destes alunos o direito e as possibilidades de cursar uma universidade, principalmente no atual contexto, em que é exigido um nível cada vez mais alto de escolaridade.

O vestibular acontece num espaço social marcado pela desigualdade. Logo, não pode ser acusado de vilão de um sistema educacional que sabemos ter muitos problemas, a maior parte conhecidos, muitos não resolvidos, principalmente devido ao conflito de interesses na sociedade capitalista. Mas seja qual for o instrumento

utilizado para selecionar para o acesso ao Ensino Superior, o que salientamos é que a escola pública não pode ignorar este instrumento.

O ideal seria que tivéssemos vagas para todos na universidade pública e, como educadores, temos que lutar por isto. Esta luta é ampla e não pode ser resolvida apenas dentro das instâncias educacionais, é uma luta política. Enquanto isto, não podemos admitir que a escola pública, muito provavelmente sem saber, venha colaborar para que seus alunos não cheguem à Universidade, na maioria das vezes nem chegam a fazer inscrição nos vestibulares, por falta de orientação.

É necessário que os problemas do Brasil comecem a ser resolvidos na raiz. Todos sabemos que o ensino médio, por exemplo, vai mal. O próprio MEC, de posse dos resultados de avaliação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), anuncia que a situação do 2º grau é "trágica". "Entre os alunos do 3º ano do 2º grau, mais de 60% não conseguiram responder a questões de matemática que deveriam ter aprendido na 7ª ou 8ª séries." (Falcão, 1996, p. 3-1). Por que então não tentar alternativas que melhorem efetivamente esses níveis de ensino, ao invés de tentar mudar o vestibular? Claro que mudanças para melhorar o vestibular são sempre bem-vindas, mas o governo prefere mexer numa estrutura pronta, que funciona bem de forma geral, do que onde não está funcionando.

Ao invés de investir mais dinheiro para alterar o atual sistema de vestibular no que não estiver de acordo e reformar o ensino médio, da forma que está propondo, por que não investir de forma adequada onde é obviamente necessário: na formação e valorização dos professores? Ao que parece, todos sabem onde estão os problemas, mas prefere-se resolver os problemas decorrentes.

O dramático da história da educação no Brasil não é apenas não ter um projeto de país garantindo, efetivamente, o direito à educação básica, fundamental e média. É colocar na seleção a responsabilidade de uma elitização que ocorre, prioritariamente, no âmbito da sociedade desigual que somos. O que significa apelar para uma solução que não pode existir, porque o problema é anterior. (Franco, 1994, p. 70.)

Apesar de conter no inciso I do Art. 35 da Lei 9394/96 a preocupação com o prosseguimento de estudos, não há garantias que na prática a escola pública ofereça um ensino de qualidade que possibilite esse prosseguimento de estudos, pelo menos enquanto continuar a não se preocupar com o vestibular ou com qualquer outro

processo seletivo que venha a ser implantado de acordo com a nova LDB.

Se o discurso, todo o tempo, critica o ensino propedêutico, acadêmico, pode dar margem ao pensamento de que não é preciso dar as condições necessárias para o aluno da escola pública ingressar na universidade pública. A crítica a um ensino propedêutico é relevante, mas o que acaba acontecendo na prática é que a escola, muitas vezes ouvindo esse discurso, acredita que não deve se preocupar com o vestibular de forma alguma.

Referências Bibliográficas

FALCÃO, D. Avaliação do 2º grau é trágica, diz MEC. *Folha de São Paulo*, 26/11/96, p.1.

FANTIN, N. D.; STREHL, A. *Ensino Médio: identidade em crise: qualificação profissional ou preparação para o vestibular? Opção consciente ou manipulada?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, 112 p.

FERRARI, L. B. Globalização, Neoliberalismo e questão social. *O Estado de São Paulo*. Espaço Aberto - 05 de outubro de 1995, p. A 4.

FRANCO, M.C. Avaliação Institucional: O Acesso ao Ensino Superior: e cinco teses de moralidade. *Cadernos CRUB*, Brasília 1994, p. 5-96.

FUVEST. *Relatório do vestibular 1996*. São Paulo. Fundação Universitária para o Vestibular.

FUVEST. *Relatório do vestibular 1997*. São Paulo. Fundação Universitária para o Vestibular.

KUENZER, A . Z. A questão do Ensino Médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, Lucília R. de S., NEVES, Magma de A., FRIGOTTO, Gaudêncio et al. *Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Anped, 1992, p. 113- 128.

KUENZER, A . Z. *Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões de nossa época; v. 63)

MANSO, B. P. Um funil econômico: as escolas campeãs dos grandes vestibulares aumentaram suas anuidades 49% mais que a inflação do real. *Revista Veja*, 13 de agosto, 1997.

ORTEGA, E. M. V. A escola pública discrimina seus alunos quando não se volta para o acesso ao Ensino Superior? Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Marília, SP, 1998.

PIRATELLI, A. Investigação sobre a influência do vestibular no ensino público de 2º grau na região Noroeste do Estado de São Paulo. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Marília, SP, 1996.

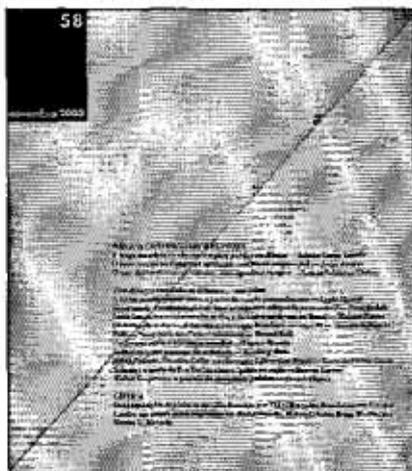
SAVIANI, D. Perspectivas de Expansão e Qualidade para o Ensino de 2º Grau: repensando a relação Trabalho – Escola. In: *Anais do Seminário de Ensino de 2º grau: perspectivas*. Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1988, p. 79-91.

SEGATTO, C. Criada operação de salvamento de Ciências. *O Estado de São Paulo*, 17 de maio de 1997, p. A 18.

VALE, J. M. F. do. Diálogo aberto com Dermeval Saviani. In: SILVA JUNIOR, C. A. da (org.). *Dermeval Saviani e a Educação Brasileira*. O Simpósio de Marília. SP: Cortez, 1994.

VEJA - A revolução que liquidou o emprego, 19 de Outubro de 1994.

VUNESP. *Relatório do vestibular 1996*. São Paulo: Fundação para o vestibular da Universidade Estadual Paulista (Unesp).



MÉXICO: CONTINUIDADE E RUPTURA

A longa transição - eleições e regime político no México - Adrián Gurza Lavelle

O novo cenário no Congresso mexicano: conflito ou cooperação? - Jorge Alcocer

O voto dos mexicanos no exterior: uma grande agenda a cumprir - Leticia Calderón Chelius

Tira-dúvidas com Roberto Schwarz - entrevista

A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana - Lygia Sigaud

Governando a economia global: uma arquitetura adequada para todos? - Dani Rodrik

Louis Jouvet e o nascimento da crítica e do teatro modernos no Brasil - Heloisa Pontes

Globalização e desenvolvimento: a estratégia brasileira nos anos 90 - Basílio Sallum Jr.

Polícia, "tolerância zero" e exclusão social - Benoni Belli

Conjecturas sobre a literatura mundial - Franco Moretti

Judiciário como superpovo da sociedade - Ingeborg Maus

Mário Pedrosa, Ferreira Gullar e a absorção informal no Brasil - Maria de Fátima Couto

A doença e morte de Eva Perón: câncer, política e século - Barron Lerner

Walter Benjamin e a questão da identidade judaica - Ernani Chaves

CRÍTICA

Dois exposições de pinturas de Cêlia Euvaldo, por Tiago Mesquita; *Brasileiros nos Estados*

Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts, de Ana Cristina Braga Martes, por

Maxine L. Margolis

Novos Estudos

CEBRAP

ASSINATURA

(três números)

Nacional (sujeito a revisão)

R\$ 36,00

Internacional

US\$ 70,00

Envie o cupom abaixo com cheque nominal para:

Editora Brasileira de Ciências

Rua Morgado de Mateus, 615 - CEP 04015-902 - São Paulo - SP

Tel. (011) 5574-0399 Fax (011) 5574-5928

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____

Apresentação

Modelos Hierárquicos Lineares

Lilian Natis

Desempenhos de Grupos de Alunos por Intermédio da Teoria de Resposta ao Item

Dalton Francisco Andrade

Construção e Interpretação de Escalas de Conhecimento: Um Estudo de Caso

Raquel da Cunha Valle

Programas de Avaliação em Larga Escala: Algumas Considerações

Heraldo Marelim Vianna

Avaliação de Projeto: A Construção da Noção de Tempo no Ensino da História

Ângela Maria Martins

Escola Estatal, Escola Pública e Conhecimento: Avaliando Caminhos Contraditórios na Formação de Professores e seus Alunos

Luzia Marta Bellini, Adriano Rodrigues Ruiz

Contribuição do Porta-Fólio para a Organização do Trabalho Pedagógico

Benigna Maria de Freitas Villas Boas

O Ensino Médio Público e o Acesso ao Ensino Superior

Eliane Maria Vani Ortega